

Ata da 9ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal

Aos cinco do mês de agosto de dois mil e treze, às 14 horas, na Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Previdenciária, situada na Rua Uberaba, 295, 4º andar, Bairro Barro Preto, nesta capital, reuniu-se o Conselho Fiscal do Regime Próprio da Previdência Social – RPPS, do Município de Belo Horizonte, com a presença dos seguintes conselheiros: Murilo Fróes dos Reis, presidente, Márcio Costa Bichara, Leonardo Amaral Castro, Omar Pinto Domingos e Mauro Heleno Ladeira de Oliveira. Também presentes Márcio Almeida Dutra, Secretário Municipal Adjunto de Gestão Previdenciária, acompanhado das servidoras Marcelle Matilde Tufi Santos e Giselle dos Santos Rodrigues. Márcio Dutra iniciou a reunião com a leitura da ata da reunião anterior. A pedido de Mauro Heleno procedeu-se a descrição da sigla CTC – Certidão de Tempo de Contribuição da ata anterior. Em seguida a ata foi aprovada e assinada por todos. Na sequência, foi feita a apresentação da política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração. Márcio Dutra expor em detalhe a política, explicando sobre a variação negativa dos investimentos em títulos públicos de renda fixa e da aplicação de novos recursos alocados em títulos de curto prazo, diante da alta volatilidade do mercado brasileiro, e de acordo com as regras do Conselho Monetário Nacional e da equipe do Banco do Brasil, onde os recursos estão aplicados. Mauro Heleno perguntou sobre a nova política de investimentos e, Márcio Dutra esclareceu que a política é a mesma, porém com alocação mais diversificação em títulos de renda fixa de curto prazo, que não bate a meta atuarial, porém que apresenta rendimentos positivos nesse momento de alta volatilidade. Marcelle disse que, segundo o Banco do Brasil, nenhum rendimento de renda fixa bateria meta atuarial até o presente momento para os RPPS's. Marcelle passou a apresentar o segundo ponto de pauta sobre os Demonstrativos Previdenciários enviados ao MPS referente ao 2º bimestre de 2013. Explicou que os Demonstrativos encontram-se disponibilizados no site do Ministério da Previdência ao acesso dos conselheiros e de qualquer cidadão. Orientou os conselheiros esse acesso, passo a passo, chegando aos Demonstrativos. O presidente Murilo Fróes perguntou: o FUFIN paga aposentadoria e pensões? Márcio Dutra respondeu que sim e explicou como isso se procede. Márcio Costa perguntou: o Tesouro Municipal é obrigado a cobrir o déficit previdenciário? Márcio Dutra explicou que, no caso do Fundo Financeiro-FUFIN a receita das contribuições do servidor e da patronal não é suficiente para cobrir as despesas com o pagamento dos benefícios, momento em que são solicitados aportes para fazer frente aos pagamentos. O presidente Murilo Fróes perguntou sobre o cálculo de 33% da aposentadoria. Márcio Dutra disse que é um regra previdenciária e constitucional, modificada pelo EC 20/1998 e que não garante o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime, ainda mais que o FUFIN é um Fundo de repartição simples. Omar Domingos disse que já para o BHPREV, Fundo capitalizado, será autossuficiente. Marcelle passou para o terceiro ponto de pauta e exibiu o Relatório da Gerência de Bens sobre a situação dos imóveis do RPPS, mostrando que serão feitos novos termos de cessão de uso remunerada dos imóveis do RPPS que cabem essa modalidade. Isso atinge sete de um total de 18 imóveis. Também mencionou que a Caixa Econômica Federal - CEF está efetuando uma avaliação dos bens para fins de locação, alienação e permissão de uso, se for o caso. Apresentou a relação de todos os imóveis indicando os que estão alugados. Márcio Dutra informou que foi feito um estudo para ajustar o valor do aluguel do prédio ocupado pela Escola Municipal Paulo Mendes Campos. Márcio Costa perguntou: Esses imóveis serão alienados? Márcio Dutra respondeu que isso é de competência do Conselho de

administração, que aguarda a avaliação da CEF para poder deliberar o que fazer. O imóvel de Lagoa Santa vem tendo prioridade de análise, que teve avaliação da Sudecap em 2009 de 44 milhões e uma preliminar da CEF de 15 milhões. Os conselheiros questionaram se novas avaliações com empresas particulares poderão ser feitas. Márcio Dutra afirmou que primeiro a secretaria e o Conselho de Administração aguardarão o resultado da avaliação da Caixa. Para ilustrar a matéria, Marcelle apresentou o relatório com um diagnóstico do Imóvel de Lagoa Santa. Murilo Fróes sugeriu que os imóveis tivessem prioridade nas decisões e deliberações do Conselho de Administração, porque geram muitas despesas. O Conselheiro Omar Domingos disse que são ativos que precisam gerar receita para o RPPS. O presidente perguntou: quando estes imóveis serão vendidos? Será por leilão? Márcio Dutra respondeu que serão alienados por deliberação do Conselho de Administração, na modalidade prevista pela lei de licitação 8.666/93. A próxima reunião ordinária do Conselho Fiscal marcada para o dia 14/10/13 foi antecipada para dia 07/10/13, por deliberação de todos os conselheiros. Nada mais a ser tratado, eu, _____ Giselle dos Santos Rodrigues, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, deverá ser assinada por todos os presentes.

Murilo Fróes dos Reis

Mauro Heleno Ladeira de Oliveira

Leonardo Amaral Castro

Márcio Costa Bichara

Omar Pinto Domingos